



COMPROVANTE DE RETIRADA DO EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

OBJETO: A presente licitação tem como objeto à **contratação de empresa para reforma da sede do CAU/SC**, localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, 6º Andar, Edifício Royal Business Center, CEP 88.015-100 - Centro, Florianópolis/SC, tudo conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha de Preços e demais anexos deste Edital, para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina.

Atenção:

Preencher os dados abaixo e encaminhar para o e-mail: licitacao@causc.org.br

Empresa

CNPJ

Endereço

Bairro Município

UF CEP **E-mail**

Telefone Celular Fax

Pessoa para contato: Telefone E-mail

(nome/assinatura do responsável)

O não encaminhamento do recibo poderá implicar a ausência de comunicação de eventuais alterações, adequações, adiamento ou outras informações relativas ao presente certame, podendo acarretar prejuízos ao interessado, não podendo este alegar desconhecimento das informações que eventualmente venham a ser divulgadas àqueles identificados pela apresentação deste recibo.

**PROCESSO DE ADMINISTRATIVO N.º 009/2014****TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014****TIPO: MENOR PREÇO**

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA - CAU/SC, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, 6º Andar, Edifício Royal Business Center, CEP 88.015-300 - Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob nº 14.895.272/0001-01, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria Ordinatória nº 01 de 02 de janeiro de 2014, torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, visando **à contratação de empresa para reforma da sede do CAU/SC**, localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, 6º Andar, Edifício Royal Business Center, CEP 88.015-100 - Centro, Florianópolis/SC, tudo conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha de Preços e demais anexos deste Edital, para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, atendidas as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como as disposições da Lei nº 8.666/93 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Os envelopes nº 01 — DOCUMENTAÇÃO e nº 02 — PROPOSTA COMERCIAL serão recebidos **até o dia 04/08/2014, às 14h:00min**, em sua sede, localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, 6º Andar, Edifício Royal Business Center, CEP 88.015-300 - Centro, Florianópolis/SC, para o competente protocolo de recebimento.

A abertura dos envelopes nº 01 — DOCUMENTAÇÃO será efetuada no dia **04/08/2014, às 14h:00min**, ou no primeiro dia útil subsequente, mantidos o horário e local estabelecidos, na hipótese de não haver expediente em tal data, em sua sede.

Observações:

1. Se no dia supracitado não houver expediente nesta sede, o recebimento e o início da abertura dos envelopes relativos a este certame serão realizados no primeiro dia útil subsequente de funcionamento desta, no mesmo horário e local.
2. As decisões do Presidente da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas, durante a sessão, diretamente aos interessados e lavradas em ata ou, ainda, a critério deste, por intermédio de ofício, com comprovação de recebimento. O resultado final do certame será divulgado diretamente às licitantes, desde que todos estejam presentes à sessão ou, não sendo o caso anterior, mediante publicação de aviso na Seção III do Diário Oficial da União.



1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação **à contratação de empresa para reforma da sede do CAU/SC**, localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, 6º Andar, Edifício Royal Business Center, CEP 88.015-100 - Centro, Florianópolis/SC, tudo conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha de Preços e demais anexos deste Edital, para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina.

1.2. Deverão ser considerados incluídos todos os materiais, acessórios, complementos, acabamentos, conformações, mão-de-obra e equipamentos necessários à conclusão dos serviços, mesmo que não explicitamente descritos nestas especificações, porém indispensáveis para a entrega dos mesmos perfeitamente prontos e acabados em todos os seus detalhes.

1.3. Para a execução do objeto da presente licitação deverão ser obedecidas todas as recomendações, com relação à Segurança e Medicina do Trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

1.4. O prazo de execução dos serviços será de, no máximo, **120 (cento e vinte) dias corridos a contar da Ordem de Início dos Serviços expedida pelo CAU/SC.**

1.4.1. Cronograma de execução:

- a) 60 dias – etapa 1, conforme projeto, constante do anexo VIII;
- b) 45 dias – etapa 2, conforme projeto, constante do anexo VIII;
- c) 15 dias - etapa 3, conforme projeto, constante do anexo VIII.

1.5. Deverá ser priorizada a execução **dos serviços ou tarefas em finais de semana e fora do horário comercial.**

1.5.1. **De segunda a sexta-feira no período entre 07h00min e 18h00min não poderão ser realizadas descargas ou transporte de materiais ou equipamentos, executados serviços ou tarefas que produzam ruído excessivo**, que prejudiquem significativamente o trânsito do público ou que necessitem interrupções no fornecimento de energia elétrica ou de água. A realização de tais serviços deverá ser previamente agendada com o CAU/SC.

1.5.2. Os serviços que produzam ruídos suscetíveis de incomodo aos ocupantes poderão ser realizados das 18h00min às 22h00min, de segunda a sexta-feira. Aos sábados e domingos será permitido no horário das 13h00min às 18h00min.

1.6. A licitante vencedora deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual de trabalho.

1.7. A licitante vencedora deverá apresentar, antes do início dos serviços, R.R.T. (Registro de Responsabilidade Técnica) e/ou A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme o caso, do **Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Civil**



responsável pela execução dos serviços referidos no memorial, e que deverá se apresentar na obra sempre que for solicitado pela fiscalização.

1.8. A licitante vencedora deverá efetuar, no final de cada jornada de trabalho, a remoção e principalmente a limpeza local de todos os detritos e entulhos provenientes dos trabalhos executados, de forma que a cada início de expediente o local fique em condições de trabalho.

1.9. As licitantes deverão, obrigatoriamente, realizar visita ao local onde serão realizados os serviços, na sede do CAU/SC, localizado na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, 6º Andar, Edifício Royal Business Center, CEP 88.015-100 - Centro, Florianópolis/SC, com antecedência de até 01 (um) dia antes da data marcada para o recebimento das propostas.

a) As visitas destinam-se à vistoria, confirmação de medidas, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes à realização dos serviços que compõem o objeto da licitação, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes desse Edital.

b) As visitas somente serão realizadas em dias úteis, das 11 às 17 horas, e deverão ser previamente agendadas por meio do telefone (48) 322595-99.

c) As visitas deverão ser feitas por profissional qualificado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação e de instrumento que o habilite à representação legal da empresa.

d) No dia e hora agendados, o empregado designado pelo CAU/SC acompanhará a visita das empresas interessadas, emitindo a cada uma delas um “Atestado de Visita”, conforme o modelo constante do anexo III.

e) A não-apresentação do atestado de visita, ou da declaração, implicará inabilitação do licitante.

1.10. A licitante vencedora, deverá comprovar o vínculo societário ou empregatício do(s) profissional(is) envolvido(s) direta ou indiretamente (através de empresas terceirizadas) na prestação dos serviços mediante a apresentação:

a. por ocasião do início dos serviços, do Contrato Social ou registro cadastral no SICAF, quando se tratar de sócios da empresa, ou cópia autenticada do registro na CTPS, quando se tratar de empregado;

b. por ocasião do faturamento mensal, da folha de pagamento contendo a relação dos empregados ou contracheques e as respectivas GFIP-SEFIP e comprovantes de recolhimento do INSS pelas Guias da Previdência Social (GPS) e do FGTS (GRF) exigíveis na oportunidade.

1.11. **Será admitida a subcontratação para a execução dos itens** em que a especialização e qualificação da mão de obra seja essencial, mediante:

a) a apresentação do contrato firmado entre a licitante vencedora e a Subcontratada, acompanhado da comprovação da sua regularidade jurídico-fiscal.



2. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

2.1. A empresa licitante deverá apresentar a documentação e propostas em envelopes distintos, lacrados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

a) TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA – CAU/SC,
ENVELOPE Nº 01 - D O C U M E N T A Ç Ã O
RAZÃO SOCIAL, CNPJ

b) TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA – CAU/SC,
ENVELOPE Nº 02 - P R O P O S T A C O M E R C I A L
RAZÃO SOCIAL, CNPJ

2.2. Receber-se-ão os envelopes somente até o dia e horário estipulados no preâmbulo deste edital e que estejam devidamente identificados e lacrados. Uma vez encerrado o prazo para entrega dos envelopes, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

2.3. Em caso de remessa postal de envelope contendo documentação e proposta comercial, nele deverá estar em destaque o endereçamento à Comissão Permanente de Licitação, além de fazer menção à modalidade e ao número do procedimento licitatório a que se refere.

2.3.1. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará pelo extravio de envelopes encaminhados mediante remessa postal. Os envelopes recebidos fora do prazo não serão abertos pela Comissão Permanente de Licitação e serão devolvidos à empresa devidamente lacrados.

2.3.2. Em caso de extravio por culpa da Administração, devidamente comprovado, serão tomadas as providências que a situação requerer.

2.4. Após a fase de habilitação não cabe a desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

2.5. A licitante poderá apresentar-se por meio de Representante Legal que, devidamente identificado e credenciado, por meio de documento que o habilite a representá-la no presente certame, será autorizado a intervir no procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, pela empresa representada.

2.5.1. Entender-se-á por documento hábil de comprovação para representação, instrumento público ou particular de procuração com poderes específicos para o presente certame ou para participar de licitações, em qualquer modalidade, e inclusive renunciar expressamente a prazos recursais e desistir de recurso eventualmente



interposto.

2.5.1.1. Em se tratando de instrumento particular, este deverá ter a firma devidamente reconhecida.

2.5.2. Caso seja titular da empresa, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade de representá-la.

2.6. Não poderão concorrer:

- a) Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o CAU/SC, durante o prazo estabelecido para a penalidade;
- b) Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- c) Empresas consorciadas, qualquer que seja a forma de constituição;
- d) Empresas distintas através de um único representante;
- e) Não poderão participar da licitação, empresas sob processo de falência ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;
- f) Não poderão participar da licitação empresas que não possuam em seu contrato social ou estatuto finalidade ou objetivo compatível com objeto deste certame;
- g) Não poderá participar deste certame pessoa jurídica em que empregado, Presidente, Vice-Presidentes, Diretores, Conselheiros do CAU/SC tenha participação societária e/ou integre o quadro profissional.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. Serão habilitadas na presente licitação as empresas que em envelope lacrado, relativo à “DOCUMENTAÇÃO”, identificado na forma do subitem 2.1.a, deste Edital, apresentarem os seguintes documentos, em vigor na data de sua abertura.

3.1.1. Prova de Habilitação Jurídica e Fiscal

- a) Ato constitutivo da empresa, que especifique o ramo de atividade, compatível com o objeto da presente licitação, ou registro comercial no caso de empresa individual (empresário);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme disposto na Lei n.º 12.440/2011;
- c) CND – Certidão Negativa de Débito perante o INSS;
- d) CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio da sede da empresa;
 - f.1) faz prova de regularidade com a Fazenda Estadual a certidão de regularidade



com o ICMS;

g) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio da sede da empresa;

g.1) faz prova de regularidade com a Fazenda Municipal a certidão de regularidade com o ISSQN.

3.1.2. Prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

a) Declaração de atendimento à legislação trabalhista de proteção à criança e ao adolescente, conforme modelo constante do **anexo II**;

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de licitar, conforme modelo constante do **anexo II**.

3.1.3. Prova de Qualificação Técnica

a) Prova de Registro, em vigor, da **Pessoa Jurídica expedida pelo CAU ou CREA** da jurisdição da licitante;

b) Prova de Registro, em vigor, da **Pessoa Física expedida pelo CAU ou CREA, de 01 (um) Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Civil**, que será o responsável técnico pela execução da reforma, objeto deste Edital;

c) **Comprovação do vínculo** do Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Civil com a empresa licitante;

c.1) Entende-se comprovado o vínculo do profissional com a empresa licitante quando o nome do profissional figurar como responsável técnico pela empresa na Certidão de Pessoa Jurídica.

d) **Atestado(s), em nome da empresa licitante**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, que comprove (m) ter a licitante executado serviços similares ao objeto desta licitação; **acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT**, emitida pelo CAU ou CREA, em nome do responsável técnico da pessoa jurídica responsável pela execução dos serviços descrito (s) no (s) atestado (s);

e) Certidões de acervo técnico da Pessoa Jurídica expedido pelo CAU ou CREA para obras compatíveis com o objeto deste edital.

f) Certidões de acervo técnico dos profissionais, expedidos pelo CAU ou CREA para obras compatíveis com o objeto deste edital.

f.1) Cópia de carteira de trabalho, contrato de trabalho ou contrato social (se sócio), que comprovem o vínculo empregatício dos profissionais acima referidos com a empresa pessoa jurídica.

g) Atestado de Vistoria (anexo III), emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, atestando que a licitante realizou visita ao local onde serão prestados os serviços, visando ao perfeito conhecimento do objeto ora licitado, no termo do subitem 1.9 deste edital.

3.1.4. Prova de Qualificação Econômico-Financeira



a) Comprovação, por parte da licitante, de que possui capital social mínimo registrado de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) na data de abertura do envelope n.º 01 – DOCUMENTAÇÃO.

b) Certidões negativas de falência e recuperação judicial, dentro do prazo de validade, ou se esse não constar, emitidas no período de 30 (trinta) dias antes da abertura do envelope n.º 01 – DOCUMENTAÇÃO, expedidas por todos os Cartórios Distribuidores da sede da licitante.

3.2. Não serão aceitos documentos enviados via fac-símile.

3.3. Em se tratando de licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.3.1. **A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte** poderá ser feita mediante apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação do registro efetuado pelas Juntas Comerciais ou pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou, ainda, por Certidão em que conste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida pelo órgão de registro competente, tudo conforme art. 4º do Decreto nº 3.474, de 19/05/2000.

3.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, é assegurado à **microempresa ou empresa de pequeno porte** o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada a vencedora do certame, conforme previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.3.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4. Em se tratando de licitante em sociedade cooperativa, deverão ser apresentados os documentos constantes do item 3.2., cuja exigência passa ser a seguinte:

- Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade Estadual, se houver, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764/71;
- Estatuto social da sociedade em conformidade com as exigências do artigo 21 da Lei nº 5.764/71, quando não transcrito no ato constitutivo, registrado na Junta Comercial.

3.5. Poderá a licitante, por meio de representante devidamente credenciado, firmar as declarações e demais atos previstos no certame. **Não comparecendo o representante**



legal da empresa, a licitante deverá juntar ao envelope n. 1 - documentação, documento que permita comprovar que o subscritor das declarações e demais atos inerentes à habilitação possui poderes para formulá-los, sob pena de inabilitação.

3.5.1. A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, importará na INABILITAÇÃO da licitante, lavrando-se em ata o ocorrido.

3.6. As certidões apresentadas deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura do Envelope nº 02, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor. Não se enquadram nesse prazo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

3.7. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por Membro e Presidente da Comissão na sessão de abertura dos envelopes, mediante apresentação dos originais, pela licitante ou por seu representante legal.

3.7.1. As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados por documento extraído da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Presidente da Comissão, no respectivo *site* do órgão emissor.

3.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, ressalvados aqueles que, pela própria natureza não o possuam em seu texto.

3.8.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

3.8.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

3.8.3. Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.9. A empresa poderá apresentar as certidões regularidade junto ao INSS (CND) e FGTS, citadas no item 3.1.1., centralizadas junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

3.10. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis a quem interessar os atos



de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes documentação e propostas, até a respectiva abertura.

3.11. Serão aceitas somente cópias legíveis.

4. DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1. A proposta comercial incluída no Envelope nº 02, observada a forma de apresentação prevista neste edital, deverá ser preferencialmente impressa em meio mecânico/eletrônico, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, contendo os seguintes dados:

a) **Razão social completa e CNPJ da licitante**, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da nota de empenho e da nota fiscal, caso seja vencedora do certame;

b) **Preço global**, indicado em moeda corrente nacional expresso em algarismos e por extenso. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte da Comissão Permanente de Licitações, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas nos moldes **do anexo IX**, deste Edital;

b.1) em caso de divergência entre os preços unitários e os equivalentes preços totais, serão considerados os primeiros;

b.2) em caso de divergência entre os preços em algarismos e seus equivalentes por extenso, serão levados em consideração os últimos;

b.3) no referido preço global deverão estar incluídas todas as despesas necessárias a sua perfeita conclusão, compreendendo todos os encargos e despesas de mão-de-obra, material, serviços de terceiros, quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte, equipamentos, licenças, cópias dos projetos, taxas, necessários à aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos, entre outros, que correrão por conta da licitante vencedora;

b.4) no **anexo VI** – Modelo de Planilha de Preços, consta de forma indicativa a relação dos serviços. As licitantes deverão apresentar planilha de custos unitários, unitários e totais, bem como o percentual de BDI e o Preço Global, com no mínimo os itens constantes da planilha fornecida pelo CAU/SC; **DEVIDAMENTE ASSINADA POR ARQUITETO E URBANISTA ou ENGENHEIRO CIVIL**;

b.4.1) **O BDI deverá ser especificado na planilha** e aberto conforme o modelo constante no **anexo IV**, sendo vedada a inclusão de parcelas relativas à CSSL e ao IRPJ tanto na planilha de preços quanto no BDI;



b.4.2) **O Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Civil subscritor da planilha deverá pertencer ao quadro da empresa** e ser o responsável pela execução da obra (A.R.T. /R.R.T. de execução).

b.5) a Planilha de Preços - anexo VI, deve ser tida como um parâmetro de preços máximos. Somente serão aceitos preços (custo + BDI) acima desta Planilha quando plenamente justificados pela licitante e após análise e aprovação da Comissão de Especial de Patrimônio à Comissão Permanente de Licitações. O Preço Global não poderá superar o estimado na referida Planilha;

b.6) será desclassificada a proposta de licitante que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, o que será avaliado pela Comissão de Especial de Patrimônio à Comissão Permanente de Licitações;

b.7) simples erro aritmético no preenchimento da Planilha de Preços não será motivo suficiente para a desclassificação da proposta quando essa Planilha puder ser ajustada no item em questão, sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os valores da contratação, observando-se que eventual erro, quando percebido, será interpretado em favor da Administração.

c) prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data-limite para entrega das propostas;

d) conter o **prazo de execução dos serviços**, coincidente ao cronograma de execução, de no máximo 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da Ordem de Início dos Serviços expedida pelo CAU/SC, para a licitante vencedora;

e) **indicação da modalidade de garantia** a ser prestada no prazo previsto no item 11. deste Edital, conforme estabelecido no artigo 56, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, que deverá ser de 5% (cinco por cento) sobre o preço global da proposta;

f) **garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos** contra qualquer defeito de fabricação ou instalação do objeto, a contar de seu recebimento definitivo pelo CAU/SC;

4.2. Caso haja omissão, na proposta comercial, da razão social e/ou número do CNPJ, será considerado o constante da documentação apresentada para fins de habilitação, e caso não conste o prazo de validade da proposta, considerar-se-á o prazo estipulado neste edital.

Parágrafo único - Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte da Comissão Permanente de Licitação, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas comerciais nos moldes do anexo IX.



5. DO JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

5.1. A Comissão Permanente de Licitação analisará as PROPOSTAS das licitantes habilitadas, julgando-as pelo menor preço e de acordo com os seguintes critérios:

5.1.1. **Habilitação:** serão inabilitadas as licitantes que não atenderem a qualquer dos requisitos previstos na cláusula III — DA HABILITAÇÃO.

5.1.2. Proposta Comercial:

5.1.2.1. As propostas serão julgadas e classificadas seguindo-se o critério do **menor Preço Total**.

5.1.2.2. Serão desclassificadas as propostas das licitantes que não atenderem a qualquer dos requisitos constantes da cláusula IV — DA PROPOSTA COMERCIAL e que:

- a) apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) apresentem preços manifestamente inexeqüíveis.

§ 1º. Consideram-se manifestamente inexeqüíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou b) valor orçado pela Administração.

§ 2º. O critério estabelecido no § 1º não é absoluto, podendo a Comissão Permanente de Licitações, se entender necessário, promover diligências com vistas à verificação da exeqüibilidade da proposta, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

5.1.2.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.

5.1.2.4. A classificação das propostas se dará pela ordem crescente. Analisadas as propostas comerciais, a Comissão Permanente de Licitação ordenará as propostas pelo critério do menor preço de acordo com os valores ofertados e, se for o caso, não sendo a melhor proposta de licitante **microempresa ou empresa de pequeno porte**, verificará a ocorrência de empate, assim considerada a proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% superior à mais bem classificada, nos termos do artigo 44 e § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.1.2.4.1. Verificando-se o empate previsto no artigo 44 e § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, a **microempresa ou empresa de pequeno porte** mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



5.1.2.4.2. No caso da **microempresa ou empresa de pequeno porte** mais bem classificada não exercer a preferência prevista na alínea anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista neste subitem e art. 44 e § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para o exercício dessa preferência.

5.1.2.5. Na hipótese da não-adjudicação em favor de **microempresa ou empresa de pequeno porte** nos termos previstos neste item, o objeto será adjudicado à licitante originalmente melhor classificada no certame.

5.2. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar às licitantes a apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior, no prazo de oito dias úteis após o prazo de recurso da correspondente fase licitatória.

5.3. A adjudicação será global, ficando o resultado sujeito à homologação do Presidente do CAU/SC, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1. Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do certame.

6.1.1. A impugnação será dirigida à Comissão de Licitação, que a encaminhará ao superior para apreciação e decisão.

6.1.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.2. Os recursos deverão ser apresentados, por escrito, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, devendo ser entregues no Endereço do CAU/SC, para o competente protocolo de recebimento, sendo aplicadas as disposições da Lei nº 8.666/93:

I – recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de licitantes;
- b) julgamento de propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação.

II – representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.



6.3. As licitantes poderão renunciar ao prazo recursal e desistir da interposição de recursos, por meio de manifestação por escrito, ou consignada em ata, assinada por seu representante legal ou credenciado.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas com a contratação decorrente da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: elemento 6.2.2.1.1.01.04.04.026.

8. DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

8.1. Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o contrato (anexo V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

8.2. No ato da formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

8.3. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a realizar os serviços, ou não assine, no prazo e condições estabelecidas, o Termo de Contrato, poderá ser convocada a licitante subsequente na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, conforme dispõe o § 2º do artigo 64 da Lei nº 8.666/93.

8.4. O CAU/SC emitirá a Ordem de Início dos Serviços em até 30 (trinta) dias corridos a contar data de assinatura do contrato.

8.5. O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência por **10 (dez) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado** por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos da legislação vigente.

9. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

9.1. O recebimento e pagamento e serão efetuados de acordo com as cláusulas sexta e sétima, respectivamente, do contrato a ser firmado, conforme minuta constante do anexo V do presente edital.

10. DAS PENALIDADES

10.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total da proposta, aplicada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 8.1 deste edital.



10.2. A penalidade de multa prevista neste instrumento convocatório poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 8.666/93, conforme o art. 87, § 2º, do mesmo diploma legal.

10.3. Em não havendo a celebração do contrato, imputar-se-á à empresa a obrigação de ressarcir a Administração das despesas decorrentes da publicação do extrato do instrumento na imprensa oficial.

10.4. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas neste item, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

11. DAS GARANTIAS

11.1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura de Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar, na modalidade escolhida, a prestação de garantia para o cumprimento de todas as suas obrigações em favor do CAU/SC, no montante equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.1.1. O prazo supra referido poderá ser prorrogado a critério e no interesse da Administração, mediante requerimento justificado da licitante vencedora.

11.2. Havendo acréscimo ou supressão do objeto, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, sempre, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

11.3. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao CAU/SC, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da licitante vencedora.

11.4. A garantia prestada pela licitante vencedora, que deverá vigor até o recebimento definitivo do objeto ora licitado, será devolvida após o cumprimento fiel e integral do contrato.

11.4.1. A licitante vencedora é responsável por adequar valores e prorrogar o prazo da garantia ofertada na eventual ocorrência de aditamentos à contratação originária.

11.5. Em sendo o caso, nos termos do art. 48, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, será exigida garantia adicional, a qual seguirá a regra da garantia principal, ou seja, constituirá condição para a assinatura do contrato.

12. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material, causado por dolo ou culpa de seus prepostos, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria.



13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização será exercida, no interesse do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, por meio do gestor do contrato e/ou empresa contratada para esta finalidade.

13.2. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto da licitação, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta licitação, elegem as partes o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina, Subseção Judiciária de Florianópolis.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, preferencialmente, para o e-mail licitacao@causc.org.br, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Os questionamentos eventualmente recebidos e as respectivas respostas, relativos ao presente Edital, serão devidamente divulgados pelo Presidente da Comissão de Licitação.

15.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.4. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, números de fax e telefone.

15.5. A licitante vencedora fará constar da nota fiscal o nome do banco, agência e número da conta corrente, observando-se que o descumprimento deste item poderá originar atraso no pagamento, e, nesse caso, inexistirá qualquer ônus para a Administração.

15.6. A CONTRATANTE não poderá exercer qualquer espécie de ingerência na formação do quadro de pessoal da empresa que vier a ser CONTRATADA, a quem caberá, com exclusividade, a admissão ou dispensa dos empregados que irão desempenhar os serviços.

15.7. No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:



- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

15.8. Integram o presente edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Memorial Descritivo/Especificação Técnica;
- b) Anexo II – Modelo de Declaração referente cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Anexo III – Modelo de Atestado de Visita;
- d) Anexo IV – Modelo de Planilha Demonstrativa do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas);
- e) Anexo V – Minuta de Contrato;
- f) Anexo VI – Planilha de Preços (a ser preenchida pela licitante);
- g) Anexo VII – Caderno de Encargos;
- h) Anexo VIII – Projetos detalhados da Reforma do CAU/SC;
- i) Anexo IX – Modelo de Proposta Comercial.

15.10. Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, das 11 às 17 horas, respectivamente, pelos telefones (48) 3225-9599.

Florianópolis, 18 de junho de 2014.

Sabrina Martins Fortunato
CAU/SC



ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

Disponível no sítio: www.causc.org.br.

**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO**

DECLARAÇÃO de entendimento à legislação trabalhista de proteção à criança e ao adolescente.

A, CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, para os fins do disposto no art. 27, V, da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, e demais efeitos legais, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos, ressalvada à condição de aprendiz.

DECLARAÇÃO da inexistência de fatos impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório

A, CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Florianópolis, de de 2014.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

Carimbo

CNPJ da empresa abaixo

**ANEXO III – ATESTADO DE VISITA**

O CAU/SC, em atendimento ao exigido no subitem 1.9. do Edital da Tomada de Preços nº 02/2014, declara que a licitante, inscrita no CNPJ sob nº....., através do seu representante Sr(a)..... visitou o local dos serviços neste, e que tomou conhecimento das condições de trabalho e das necessidades para a realização dos serviços ora licitados.

Florianópolis, de de 2014.

ASSINATURA

Nome

Cargo

Carimbo do CAU/SC

**ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DEMONSTRATIVA DO BDI
(Benefícios e Despesas Indiretas)**

Taxa de rateio da Administração Central	
Taxa das despesas indiretas	
Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento	
Taxa de tributos (COFINS, PIS e ISS)	
Margem de lucro	

Juntamente com a Planilha de Preços, a licitante vencedora deverá fornecer planilha demonstrando a composição do seu BDI (Benefícios e Despesas Indiretas). Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento, solicita-se à licitante que apresente sua proposta observando a seguinte fórmula para o cálculo do BDI:

$$BDI = \left\{ \frac{[(1 + R) \cdot (1 + ADM) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L)]}{(1 - T)} - 1 \right\} \cdot 100 = xx\%$$

R = riscos e imprevistos despesas eventuais;

ADM = despesas de administração (central e local);

DF = despesas financeiras;

L = lucro bruto;

T = tributos: PIS, COFINS, ISS.

Observações:

- Os tributos IRPJ e CSSL não devem integrar o BDI (Súmula nº 254/2010-TCU);
- Se um item da fórmula for 1%, por exemplo, deverá ser aplicado na fórmula do BDI sob forma decimal, ou seja, 0,01;
- O tributo ISS incide apenas sobre o valor da mão de obra.



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA, autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, inscrito no CNPJ sob o nº 14.895.272/0001-01, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, Ed. Royal Business Center, 6º andar, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.010-100, representado neste ato pelo Presidente, Sr. **RONALDO DE LIMA**, brasileiro, arquiteto e urbanista, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 1.577.766, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 580.145.439-04, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul (SC), doravante designado CONTRATANTE ou CAU/SC, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, em _____, representada neste Ato pelo Sr. _____, CPF nº _____, CI nº _____ - __, residente e domiciliado em _____, endereço eletrônico (e-mail): _____, a seguir denominada CONTRATADA, celebram este contrato, oriundo da Licitação modalidade Tomada de Preços nº 02/2014 do tipo menor preço, com as partes sujeitando-se às determinações da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto a reforma da sede do CAU/SC, localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, 6º Andar, Edifício Royal Business Center, CEP 88.015-100 - Centro, Florianópolis/SC, tudo conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha de Preços e demais anexos constantes do Edital, para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina.

1.1.1 Deverão ser considerados incluídos todos os materiais, acessórios, complementos, acabamentos, conformações, mão-de-obra e equipamentos necessários à conclusão dos serviços, mesmo que não explicitamente descritos nestas especificações, porém indispensáveis para a entrega dos mesmos perfeitamente prontos e acabados em todos os seus detalhes.

1.2. Serão obedecidas todas as recomendações, com relação à Segurança e Medicina do Trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

1.3. O pagamento de taxas e registros serão de integral responsabilidade da CONTRATADA.

1.4. A CONTRATADA deverá efetuar, no final de cada jornada de trabalho, a remoção e principalmente a limpeza local de todos os detritos e entulhos provenientes dos trabalhos executados, de forma que a cada início de expediente o local fique em condições de trabalho.



1.5. Será admitida a subcontratação para a execução dos itens em que a especialização e qualificação da mão de obra seja essencial, mediante:

a) a apresentação do contrato firmado entre a CONTRATADA e a Subcontratada, acompanhado da comprovação da sua regularidade jurídico e fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. O objeto da presente contratação será executado na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços especificados nos Projetos, Memorial Descritivo, Planilha de Preços e demais anexos deste Edital, bem como atender a todas as exigências técnicas e de qualificação profissional ali mencionadas.

a) Compete à CONTRATADA a iniciativa de informar ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.

3.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer material de primeira qualidade e que atenda às especificações, bem como observará os procedimentos abaixo:

a) Disporá de mão-de-obra idônea e na quantidade necessária, a fim de cumprir os cronogramas previstos;

a1) os funcionários deverão estar sempre uniformizados, com, pelo menos, uma camisa de cor padronizada, além de crachá com identificação pessoal;

a2) outras exigências poderão ser solicitadas, a critério da Administração;

b) responsabilizar-se-á por todas as demolições e remoções necessárias à execução dos serviços;

c) realizará os transportes, tanto verticais como horizontais, dentro ou fora da obra, de qualquer material ou equipamento destinado à execução em questão;

d) ao concluir a obra e durante o seu desenvolvimento, os locais de trabalho deverão se apresentar totalmente limpos, sem entulhos, devendo o lixo resultante ser retirado das dependências do prédio;

d1) a limpeza de entulhos e caliças provenientes dos serviços realizados no prédio deverá ocorrer com frequência diária;

d2) o recolhimento dos entulhos, transporte e descarga ficarão sob total



responsabilidade da contratada;

d3) não retirará qualquer material da obra, usado ou não, sem autorização por escrito.

d4) antes da execução dos serviços, os materiais a serem utilizados deverão estar disponíveis para que a fiscalização do CONTRATANTE verifique se o material é compatível com o especificado.

d5) CONTRATADA deverá providenciar o isolamento, sinalização e orientações em cada área afetada pelas reforma.

d6) A CONTRATADA deverá encaminhar à fiscalização, com 24 horas de antecedência, a lista dos funcionários que trabalharão, contendo nome completo e o número de documento oficial de identidade.

3.1.2. A CONTRATADA deve atender imediatamente, ou no prazo fixado, as solicitações ou exigências do CONTRATANTE ou do Gestor do Contrato, relativamente à execução do seu objeto nos termos pactuados ou para o cumprimento de obrigações acessórias.

3.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar formalmente ao Gestor, no primeiro dia de vigência do contrato, para aceitação do CONTRATANTE, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do CAU/SC ou local de prestação dos serviços, no que se referir à execução do contrato.

3.1.4. A licitante vencedora, deverá comprovar o vínculo societário ou empregatício do(s) profissional (is) envolvido(s) direta ou indiretamente (através de empresas terceirizadas) na prestação dos serviços mediante a apresentação:

a. **por ocasião do início dos serviços, do Contrato Social ou registro cadastral no SICAF**, quando se tratar de sócios da empresa, ou cópia autenticada do registro na CTPS, quando se tratar de empregado;

b. **por ocasião do faturamento mensal, da folha de pagamento contendo a relação dos empregados ou contracheques e as respectivas GFIP-SEFIP** e comprovantes de recolhimento do INSS pelas Guias da Previdência Social (GPS) e do FGTS (GRF) exigíveis na oportunidade.

3.2. A CONTRATADA deverá apresentar em, no máximo, 15 (quinze) dias a partir da emissão da ordem de serviço expedida pelo fiscal do contrato:

a) Certificado de conclusão de curso de, no mínimo, 40 (quarenta) horas de duração, pelo eletricitista que trabalhará na obra, nos termos da Norma Regulamentadora nº 10 (NR – 10) – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

b) RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e/ou ART (Anotação de



Responsabilidade Técnica), conforme o caso, **do Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Civil um responsável pela execução dos serviços** referidos no memorial, integrante do seu quadro de pessoal, devidamente assinada e que deverá se apresentar na obra sempre que for solicitado pela fiscalização.

3.3. A CONTRATADA, assim como eventual terceirizada, se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente termo.

3.3.1. Os documentos a seguir relacionados deverão ser apresentados pela licitante vencedora ou por seu representante legal na assinatura do instrumento contratual e, reapresentados quando solicitado pela Administração, por meio de originais ou por qualquer processo de autenticação por tabelião de notas ou por servidor desta Justiça Federal:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- b) Certidão Negativa de Débito perante o INSS (CND);
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme disposto na Lei n.º 12.440/2011.

3.4. O não-cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição deste contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções previstas neste Contrato.

3.5. Vencido o prazo de validade da documentação apresentada para a comprovação de sua regularidade fiscal, a CONTRATADA deverá substituí-la por documentos com prazo de validade atualizado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a constatação da irregularidade pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Durante a vigência deste contrato, serão obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas nele previstas;

4.1.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e com a antecedência necessária, as necessidades quanto à prestação ora contratada;

4.1.3. Efetuar o pagamento, conforme disposto neste contrato;



4.1.4. Designar servidor para as funções de fiscalização e gestão dos serviços;

4.1.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as irregularidades relativas à execução dos serviços;

4.1.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre a aplicação de penalidades.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: elemento 6.2.2.1.1.01.04.04.026.

CLÁUSULA SEXTA - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

6.1. Mensalmente será realizada pela Contratante medição dos serviços executados, sendo pagos somente os equipamentos entregues e instalados.

6.2. Após a realização de cada medição, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal no valor correspondente, a qual será paga nos termos da cláusula oitava deste instrumento.

6.3. A liberação do valor total dos serviços se dará somente após o recebimento definitivo, nos termos do item 8.3.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO, DO RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Pelo objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço total de R\$ _____ (_____), contemplando:

- Materiais: R\$ _____ (_____);
- Serviços: R\$ _____ (_____).

7.1.1. O pagamento será efetuado parceladamente, de acordo com a medição mensal dos serviços executados, nos termos da cláusula sétima.

7.1.2. Nos preços, além da mão-de-obra e dos materiais, já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

7.2. Os pagamentos correspondentes ao objeto contratado serão efetuados por intermédio de depósito em conta corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no caso de valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e, nos demais casos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto na nota fiscal.



7.2.1. A nota fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ constante dos documentos solicitados para fins de participação no processo de contratação.

7.2.2. Deverão constar da **nota fiscal a agência bancária e o número da conta corrente da empresa contratada.**

7.3. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

a) “recebimento provisório”, será lavrado na data da entrega do bem ou serviço e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento;

b) “recebimento definitivo”, será lavrado em até 05 (cinco) dias úteis após o “recebimento provisório”, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993, compreendendo a aceitação do bem ou do serviço, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas;

c) “atesto”, será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas;

d) não sendo o caso de termo circunstanciado, o “atesto” supre os efeitos do “recebimento definitivo”;

e) o não-cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para o “atesto”, implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

7.4. Por ocasião do pagamento, serão retidos na fonte os tributos previstos na legislação vigente.

7.4.1. Caso a empresa seja optante do SIMPLES, deverá comprovar esta condição mediante apresentação da declaração emitida na forma do anexo IV da IN nº 123/2006, da Secretaria da Receita Federal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações estabelecidas neste contrato, poderá sujeitar a CONTRATADA, garantida a ampla defesa, às seguintes sanções, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93:



- a) multa de 15% (quinze por cento), aplicável sobre o valor total do contrato, por inadimplemento total;
- b) multa de 15% (quinze por cento), por inadimplemento parcial, aplicável sobre o valor inadimplido, exceto quanto ao item 3.2. e subitens deste contrato;
- c) especificamente quanto ao item 3.2. e subitens deste contrato, multa de 05 % (cinco por cento) sobre o valor devido pelos serviços no mês do inadimplemento;
- d) multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento do objeto ou no cumprimento de obrigações acessórias, até o limite de 06 % (seis por cento), aplicável sobre o valor devido pelos serviços no mês do inadimplemento, a partir do qual ensejará a aplicação das alíneas “a” ou “b” deste item.

8.2. As multas a que porventura a CONTRATADA der causa poderão ser, a critério da Administração, aplicadas cumulativamente e descontadas da fatura relativa ao objeto deste contrato.

8.2.1. A CONTRATANTE poderá reter, provisoriamente, parte do valor da nota fiscal até o montante da multa a ser eventualmente aplicada por inadimplemento contratual.

8.3. Em não havendo a celebração deste contrato, imputar-se-á à empresa a obrigação de ressarcir a Administração das despesas decorrentes da publicação do extrato do instrumento na imprensa oficial.

8.4. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

9.1. O prazo de execução dos serviços será de, no máximo, **120 (cento e vinte) dias corridos a contar da Ordem de Início dos Serviços expedida pelo CAU/SC, obedecido o seguinte cronograma:**

9.1.1. Cronograma de execução:

- a) 60 dias – etapa 1, conforme projeto, constante do anexo VIII;
- b) 45 dias – etapa 2, conforme projeto, constante do anexo VIII;
- c) 15 dias – etapa 3, conforme projeto, constante do anexo VIII.

9.2. Deverá ser priorizada a execução **dos serviços ou tarefas em finais de semana e fora do horário comercial.**

9.2.1. **De segunda a sexta-feira no período entre 07h00min e 18h00min não poderão ser realizadas descargas ou transporte de materiais ou equipamentos, executados serviços ou tarefas que produzam ruído excessivo, que prejudiquem**



significativamente o trânsito do público ou que necessitem interrupções no fornecimento de energia elétrica ou de água. A realização de tais serviços deverá ser previamente agendada com o CAU/SC.

9.2.2. Os serviços que produzam ruídos suscetíveis de incomodo aos ocupantes poderão ser realizados das 18h00min às 22h00min, de segunda a sexta-feira. Aos sábados e domingos será permitido no horário das 13h00min às 18h00min.

9.3. Para a obra ser considerada entregue, todo o conjunto deverá estar perfeitamente acabado conforme o solicitado no projeto, memorial descritivo e fiscalização, estar livre de entulhos ou sujeiras de qualquer natureza. O recebimento dos serviços está vinculado ao ressarcimento de qualquer dano causado ao patrimônio do CAU/SC ou ao prédio.

9.4. Este contrato vigorará por mais 180 (cento e oitenta) dias após o término do prazo de execução do seu objeto ou, caso ocorra antes, até o adimplemento recíproco das obrigações dele resultantes, admitida a sua prorrogação nos termos da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

10.1. Durante o período de garantia a contratada deverá, sem ônus adicional para a CAU/SC atender a qualquer chamado solicitado pelo fiscal do contrato.

10.1.1. O prazo para o atendimento inicial é de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da data e hora do chamado.

10.2. Caberá à empresa contratada identificar a causa do problema e corrigi-lo, em até 10 (dez) dias úteis.

10.3. Os componentes, peças e materiais que substituírem os defeituosos deverão ser originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes.

10.4. A CONTRATADA oferece os seguintes prazos de garantia: de, no mínimo, 5 (cinco) anos dos materiais e serviços compreendendo defeitos e vícios de qualidade e quantidade.

10.4.1. O início do prazo dar-se-á a partir do recebimento definitivo do objeto pelo CAU/SC.

10.5. Eventual ocorrência de vício oculto será resolvida pelas disposições pertinentes do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO



11.1. Em garantia do cumprimento das obrigações ora assumidas, a CONTRATADA, atendendo ao disposto no item 4.1, letra “e”, do Edital, entregará ao CONTRATANTE, garantia na modalidade, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, correspondente à importância de R\$ (.....) referente à garantia de execução.

11.2. A garantia de execução é atualizável na forma do artigo 56, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

11.3. A garantia será levantada por ocasião da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

11.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reter a garantia enquanto pendente a execução de qualquer obrigação de responsabilidade da CONTRATADA, bem como a dela descontar as importâncias necessárias à reparação e à correção de quaisquer danos ou prejuízos derivados de atos omissivos ou comissivos imputáveis à CONTRATADA. Caso a garantia não se mostre suficiente, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente pendentes, devidos pela Administração.

11.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reter a garantia e dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA as importâncias necessárias à satisfação das contribuições e tributos devidos pela CONTRATADA e que tenham reflexo junto ao CONTRATANTE.

11.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de exigir da CONTRATADA a atualização e/ou reforço do valor da garantia inicial, visando a manter o valor real da mesma na proporção idêntica à da data da assinatura do presente Contrato.

11.7. Rescindido o Contrato, por inexecução da obrigação da CONTRATADA, perderá esta, em favor do CONTRATANTE, a garantia, sem prejuízo das multas e sanções previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE, por meio de gestor e fiscal, não excluída a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade constatada, tampouco implicando, em sua ocorrência, corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

12.2. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.3. **Ao Gestor compete**, entre outras atribuições:



- a) orientar e coordenar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos;
- b) exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto contratado, nos termos e condições previstas neste Contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;
- c) encaminhar à Diretoria Administrativa relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações contratuais assumidas e que sujeitam a CONTRATADA às multas ou sanções previstas neste Contrato, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;
- d) efetuar o “recebimento definitivo”, e o atesto da nota fiscal, encaminhando-a imediatamente ao Financeiro do CAU/SC;
- e) na hipótese de descumprimento total ou parcial do objeto ou de disposição contratuais, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à notificação da CONTRATADA para o cumprimento incontinenti das obrigações inadimplidas;
- f) analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela CONTRATADA por atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente;

12.4. Ao Fiscal Compete, entre outras atribuições:

- a) acompanhar, fiscalizar e exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto, nos termos e condições previstas neste Instrumento e seus anexos;
- b) prestar à CONTRATADA as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratual, inclusive as de ordem técnica afetas ao seu cargo efetivo, função comissionada ou formação profissional;
- c) anotar em registro próprio ou formulário equivalente e comunicar ao Gestor eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas à CONTRATADA;
- d) efetuar o recebimento provisório e, se for o caso, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da CONTRATADA para que proceda, incontinenti, a retificação ou substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto ou disposições deste Contrato e seus Anexos;
- e) assessorar o recebimento definitivo, certificando-se que o objeto fornecido atende a



todos os requisitos físicos e técnicos e especificações de quantidade e de qualidades, preço e prazos entre outras condições previstas neste Instrumento e seus Anexos;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO

13.1. A rescisão deste contrato somente se dará na forma e nas hipóteses previstas pela Lei nº 8.666/93.

13.2. Ficam reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

13.3. Imputar-se-á à empresa, na hipótese de cancelamento a ela atribuído, a obrigação de ressarcir a Administração das despesas decorrentes da publicação do referido ato na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

14.1. Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

14.2. As alterações que porventura venham a ocorrer na constituição da empresa CONTRATADA deverão ser previamente informadas à CONTRATANTE, que decidirá sobre a possibilidade de transferência ou cessão das obrigações contratuais, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

15.1. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material, causado por dolo ou culpa de seus prepostos, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

16.1. A aplicação de multas e outros incidentes relacionados ao ajuste celebrado serão comunicados à empresa por meio eletrônico, em endereço a constar do instrumento contratual, computando-se os prazos estabelecidos a partir do primeiro dia útil seguinte à transmissão de seu inteiro teor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste ajuste, elegem as partes o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina, Subseção Judiciária de Florianópolis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



17.1. A entrega do objeto ora contratado obedecerá ao estipulado neste contrato, aos termos da proposta comercial apresentada pela empresa, bem como às disposições constantes do edital – Tomada de Preços nº 02/2014.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme dispõem a Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor), o Código Civil e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

17.3. A CONTRATANTE não poderá exercer qualquer espécie de ingerência na formação do quadro de pessoal da empresa que vier a ser CONTRATADA, a quem caberá, com exclusividade, a admissão ou dispensa dos empregados que irão desempenhar os serviços.

17.4. A abstenção, por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos e/ou faculdades que lhe assistem em razão deste contrato e/ou lei não importará renúncia a estes, não gerando, pois, precedente invocável.

E, por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato de n.º ____/0__, em 03 (três) vias de igual teor, forma e data.

Florianópolis, ____ de _____ de 2014.

CAU/SC Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina
Arquiteto e Urbanista Ronaldo de Lima
Presidente

CONTRATADA



ANEXO VI - PLANILHA DE PREÇOS

Disponível no sítio: www.causc.org.br.

**ANEXO VII – CADERNO DE ENCARGOS**

Disponível no sítio: www.causc.org.br.



ANEXO VIII – PROJETOS DETALHADOS DA REFORMA

Disponível no sítio: www.causc.org.br.

**ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

NOME DA LICITANTE _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE/FAX: _____
BANCO/AG/CONTA CORRENTE: _____

Apresentamos nossa proposta para reforma da sede do CAU/SC objeto da licitação Tomada de Preços nº. 02/2014, de acordo com as especificações exigidas nos anexos I e acatando todas as estipulações consignadas no edital:

Contratação de empresa para reforma da sede do CAU/SC, localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, 6º Andar, Edifício Royal Business Center, CEP 88.015-100 - Centro, Florianópolis/SC, tudo conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha de Preços e demais anexos deste Edital, para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina.

Preço total de R\$ _____ (_____), contemplando:

Materiais: R\$ _____ (_____);

Serviços: R\$ _____ (_____).

Obs: No referido preço global deverão estar incluídas todas as despesas necessárias a sua perfeita conclusão, compreendendo todos os encargos e despesas de mão-de-obra, material, serviços de terceiros, quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte, equipamentos, licenças, cópias dos projetos, taxas, necessários à aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos, entre outros, que correrão por conta da licitante vencedora.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO PARA EXECUÇÃO: _____ (O prazo de execução dos serviços será de, no máximo, **120 (cento e vinte) dias corridos a contar da Ordem de Início dos Serviços expedida pelo CAU/SC**).

DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL**